



## DOSSIÊ FILOSOFIA POLÍTICA: RENASCIMENTO E MODERNIDADE - APRESENTAÇÃO

A dimensão desta apresentação não é longa. A razão é simples. Não devem os convidados (neste caso, a apresentação) se sobrepor, em importância, à noiva (os artigos que compõem o Dossiê, com estrelado elenco). Feita a ressalva metodológica em forma de chiste, algumas palavras, a seguir, sobre o resultado alcançado.

O escopo deste Dossiê é amplo propositadamente. Procura alinhar dois períodos que se seguem um ao outro na história da filosofia e que, muitas vezes, se imbricam nas ideias e nos espaços. E o faz segundo certa demarcação e certo tema, amplo igualmente, a filosofia política. Um desses dois períodos foi mais estudado em seu viés filosófico, a saber, a modernidade. Abrange, segundo alguns historiadores da filosofia, o período que se inicia no século dezessete e faz fronteira com o iluminismo, no século dezoito<sup>1</sup>. Para outros, entretanto, trata-se do período que vai de meados do século quinze a fins do dezoito<sup>2</sup>. Foi determinante do que hoje veio a ser o contemporâneo, o que abrange desde o fetiche da tecnologia à predominância da ciência, para ficar em dois aspectos. Há ainda outras classificações temporais muito diversas. A de Foucault, por exemplo, que adota outro recorte e localiza a idade clássica nos séculos dezessete e dezoito e a idade moderna nos séculos dezenove e vinte. Na verdade, os recortes de Foucault procuram diferenciar duas maneiras de pensar. Uma mudança de natureza, portanto<sup>3</sup>, nunca uma continuidade. O outro período, bastante mais estudado nas artes que nos autores estritamente filosóficos, também determinante tanto da modernidade quanto do contemporâneo, é o Renascimento. Período que abrange desde meados do século quatorze, no chamado *trecento*, passando pelo *quattrocento* e culminando no *cinquecento*, ou seja, no século dezesseis. Representa o rompimento com a chamada Idade Média, período em que a filosofia e

<sup>1</sup> JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 5ª edição. São Paulo: Zahar, 2008, p. 366.

<sup>2</sup> COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 136. Em visão diversa, ver: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Vários tradutores. Revisão técnica de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Bennedetti. 7ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 679. Para os autores: “No sentido histórico em que essa palavra é hoje empregada habitualmente, em que se fala de ‘filosofia moderna’ neste dicionário, indica o período da história ocidental que começa depois do Renascimento, a partir do séc. XVII. Do período M. costuma-se distinguir frequentemente o ‘contemporâneo’, que compreende os últimos decênios.” (p. 679). A edição original do dicionário é de 1971, publicada na Itália, em Turim. Em outra chave, localizando o início da filosofia moderna no dezessete e o seu fim em meados do dezoito, ver: CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: ed. Ática, 2003, pp. 48-49.

<sup>3</sup> Para uma sistematização desses conceitos em Foucault, ver: TERNES, José. “Michel Foucault e o nascimento da modernidade”. *Tempo social - Revista de Sociologia*. São Paulo, USP, 7 (1-2), OUT 1995, pp. 45-52, p. 47.

as artes estavam sob o teto teológico. Porém, as posições no campo da filosofia nem sempre cabem em molduras tão singelas. Os períodos se imbricam, e há quem levante a hipótese de revivescências em plena Idade Média (que melhor seria definida se chamada de Civilização Cristã, eis uma provocação), colocando como questão a ser respondida a existência *do Renascimento*<sup>4</sup>.

Renascimento. Modernidade. Termos opacos, classificações que fixam em vez de explicar. Valem como título, como tema? Assim, o parágrafo acima poderia ser colocado em xeque, com alguns argumentos, por encaminhar a tese das classificações estanques. Socraticamente, poder-se-ia indagar: os renascentistas, daqueles espaços e tempos, se sabiam e se definiam como tal? E os modernos? Sabe-se que não, ao menos com estes nomes, que a eles se dá. O termo Renascimento foi construção posterior, para diferenciar o período de um renascer da antiguidade em face daquilo que com mil equívocos convencionou-se chamar Idade Média - algo *entre* duas coisas, de menor importância. Outro ponto: houve Renascimento ou Renascimentos? Não apenas um, segundo Panofsky<sup>5</sup>. Aqui a certeza do *um* se transmuta na dificuldade do *vários*. Mais recentemente, em instigante artigo recheado de teses inovadoras e polêmicas, Eduardo Kichhofel propõe que o termo *Renascimento* seja questionado porque anacrônico<sup>6</sup>. Ademais, em outra chave, a modernidade em certo sentido é fruto do Renascimento, com ele se confundindo temporal e conceitualmente. Tome-se, por exemplo, Maquiavel (1469-1527). Autor da passagem do século quinze ao dezesseis, é renascentista na forma da escrita, pois fruto do humanismo cívico florentino, leitor dos clássicos da filosofia e da história, homem da ação e da teoria simultaneamente. Porém, moderno nas teses, a ponto de, nos *Discorsi*, ter declarado, na seara da filosofia política, ser o primeiro a trilhar caminhos totalmente novos<sup>7</sup>. Na filosofia política, Maquiavel é síntese do problema das divisões temporais e espaciais quando se trata dos grandes movimentos da história da filosofia.

---

<sup>4</sup> PANOFSKY, Erwin. *Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental*. Tradução de Fernando Neves e revisão de Wanda Ramos. Lisboa: ed. Presença, 1981. Diz: “[...] a supor-se provada a existência dum tal Renascimento, que poderá distingui-lo de todos os movimentos de revivescência ocorridos, como nos dizem, ao longo da Idade Média?” (p. 26). À questão, o autor responde pela afirmativa, isto é, houve diferenças entre os renascimentos medievais, os quais foram “limitados e transitórios, ao passo que o Renascimento foi total e permanente.” (p. 151).

<sup>5</sup> PANOFSKY, Erwin. *Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental*. Tradução de Fernando Neves e revisão de Wanda Ramos. Lisboa: ed. Presença, 1981.

<sup>6</sup> KICKHOFEL, Eduardo Henrique Peiruque. “Framework para o renascimento”. *Pensando - Revista de Filosofia*, Vol. 10, n. 21, 2019, pp. 03-25. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/pensando/article/view/9643>. Acesso: 02 MAR 2020.

<sup>7</sup> MAQUIAVEL. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução MF. Revisão técnica de Patrícia F. Aranovich. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 05 (D I p. 05)

Por isso este Dossiê propôs aos autores algo amplo, com um recorte de filosofia política, possibilitando, assim, que fossem tratados autores do período, comparações entre estes, teses, ideias gerais, conceitos, recortes temáticos em algum autor e mesmo o questionamento dos termos que dão título ao Dossiê, a saber, Renascimento e Modernidade. Assim, se a intenção do escopo semântico amplo foi esta, pode-se julgar que o objetivo foi atingido. A seguir, para provar esta afirmação, a arte dos convidados e autores será posta em forma de breves palavras, pinceladas que indiquem, em singela aquarela, o painel geral alcançado.

Adelmo José da Silva, docente da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), escreve sobre Thomas Hobbes, o filósofo que contribuiu de modo profícuo para o edifício da reflexão política na história ocidental. Adelmo relembra que Hobbes trouxe a discussão acerca da ordenação civil moldada por uma abordagem realista, típica de um filósofo que compreende o conflito decorrente da coexistência humana como um dado natural. Para Adelmo Silva, Hobbes evidenciou que a coexistência humana não pode prescindir do Estado, com sua organização assegurada em bases sólidas. Hobbes percebeu que a reflexão das coisas do governo é um tema prático, o que exige um distanciamento das descrições idealizadas do Estado perfeito e, igualmente, o uso da razão como recurso eficiente para a ação. A ordenação civil é fruto de um contrato social que seja capaz de lidar com a discórdia e o conflito sem que seja necessária uma guerra. Foi seguindo a interpretação de Hobbes que o Professor Adelmo José da Silva escreveu: “tudo aquilo que possa representar ameaça ao poder civil e comprometer a paz estabelecida deve ser objeto da gestão do soberano”, deve estar sob “âmbito do soberano.” Resta claro, sopesando as manifestações absolutista ao longo da história ocidental, que Hobbes continua sendo um dos caminhos mais profícuos para se refletir acerca do poder discricionário de um, de poucos e de muitos.

Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros, professor da FFLCH USP, dispensa apresentações no círculo daqueles que investigam o republicanismo inglês. Suas obras são referências à boa reflexão do fenômeno político, seja para entender a questão da teoria da liberdade, seja para apreender a matriz republicana inglesa, sob o aspecto particular e universal. Em seu artigo “James Harrington e a relação entre virtude e riqueza”, o Professor Alberto Barros apresenta ao leitor o pensador político inglês James Harrington, sob o olhar interpretativo do filósofo neozelandês John Pocock. Harrington foi um filósofo que tentou compreender as mudanças políticas que estavam ocorrendo em sua nação por uma dual obra que em princípio pode ser pensada como ficcional, mas cujo conteúdo também pode ser interpretado como uma teoria de governo. Barros, docente da Universidade de São Paulo,

discute aqui se o posicionamento do republicanismo de Harrington “condenaria a riqueza proveniente da atividade mercantil, na medida em que ela comprometeria o exercício da virtude cívica dos cidadãos”. Para Alberto Barros, Pocock desencadeou uma maneira específica de ler Harrington, estabelecendo em seu favor uma perspectiva que poderia ser tomada, nas palavras do Professor, como “parcial e redutora” do pensador inglês. Com efeito, algo deixou de ser notado nesta análise na “relação entre virtude e riqueza” em Harrington. Ademais, Barros divulga o filósofo inglês entre nós, cuja obra foi significativa para pensar o fenômeno político e sua relação com o poder econômico e a divisão do poder para a ordenação civil.

Alessandra Petrina é uma docente que ensina literatura inglesa na *Università degli Studi di Padova*, na Itália, cujo trabalho tem repercutido para além desse campo inicial de seus estudos, conforme se vê, a título de exemplo, em *Machiavelli in the British Isles: two Early Modern translations of the The Prince* ou, ainda, em obras coeditadas, como *Machiavellian Encounters in Tudor and Stuart England: literary and political influences from the reformation to the restoration*. As pesquisas de Alessandra Petrina têm descortinado muitas passagens nebulosas da filosofia moderna, principalmente acerca de escritos produzidos na península itálica que circulavam em solo inglês bem antes do que se costumava registrar. Tais descobertas, em si, já seriam um motivo que atesta a relevância de suas investigações para a filosofia política. Nestas mesmas linhas, segue com mais uma contribuição ao patrimônio filosófico, apresentando como o “intercâmbio cultural” dos ingleses com outras culturas permitiu uma troca de saberes que foi profícua aos eruditos ingleses. E ela observa que tal reciprocidade cultural exerceu (e é) um papel fundamental para o engrandecimento de uma nação, lembrando que a língua inglesa, à época, estava limitada apenas ao próprio território. No entanto, o cultivo em conhecer outros idiomas, mormente o italiano, permitia que ali circulassem personagens eminentes, como Giordano Bruno; além de mostrar o quanto suas obras eram apreciadas pelos leitores ingleses, que faziam questão de lê-lo na língua do filósofo. Naquela quadra do tempo, tal atitude poderia parecer uma ação despropositada, contudo, graças à reciprocidade cultural, a política inglesa seria fortemente influenciada pelas ideias cultivadas pelos habitantes itálicos, chegando a afetar a estrutura de mando das instituições inglesas. Nas eras seguintes, os historiadores perceberam que tais perspectivas estavam nas entrelinhas de muitas produções de autores ingleses, pois se comprovou que, por exemplo, James Harrington e Marchamont Nedham, entre outros, foram leitores atentos das obras de Maquiavel. O mesmo ocorreu com as obras de Giordano Bruno. A bem da verdade, a lista de personagens ingleses apreciadores da produção itálica é longa e controversa, motivo que sustentaria outro Dossiê para mensurar a

real influência dessas ideias para a contenda entre monarquia e parlamento na Inglaterra. E Alessandra Petrina, com notória versatilidade, nos conta mais sobre esse singular intercâmbio em seu escrito que tem um título revelador: “London, 1584: Translation and Cultural Politics”.

Alessandro Campi, conceituado pesquisador do Departamento de Ciência Política da *Università degli Studi di Perugia* (Itália), possui vasta produção acadêmica acerca do pensamento político moderno, com especial ênfase nas ideias de Maquiavel. Além dos livros e inúmeros artigos publicados, também apresenta destacado reconhecimento em cursos na área de relações internacionais e política global, o que lhe confere visibilidade nos multimeios midiáticos. Seu estilo conciso, embora comprometido com o rigor conceitual na abordagem dos problemas, se apresenta de modo especialmente lapidado em “Maquiavel e a fenomenologia das conjurações: apontamentos de leitura e hipóteses interpretativas”. Nesse texto, Campi, sustentando a ideia de que existe uma perspectiva fenomenológica no modo de pensar de Maquiavel, apresenta as razões pelas quais o tema das conspirações se mostra tão recorrente nos trabalhos do florentino.

Alessandro Arienzo é Professor da *Università degli Studi di Napoli Federico II*, Itália, e tem se destacado não apenas pelos seus valorosos artigos, mas também por editar significativas obras que têm ganhado repercussão internacional, como é o caso de *Machiavellian Encounters in Tudor and Stuart England: literary and political influences from the reformation to the restoration*, e *Anglo american faces of Machiavelli: Machiavelli e machiavellismi nella cultura anglo-americana (secoli XVI-XX)*. Em Arienzo, encontramos o tipo de espírito filosófico cujo gabarito intelectual e rigor da escrita ganham a perspectiva do “*sapere aude*” de Kant, e também guarda reminiscência ao *Epistularum Liber Primus*, de Horácio: a ideia de que o conhecimento exige análise e lucidez, como um esforço que, começando de um ponto, segue sua trilha, se inteira com as influências acrescidas pelo tempo e contextos, originando um texto cujo cuidado com a polissemia dos conceitos surpreende até aos mais céticos. E, tendo a clara noção de que os conceitos são elementos indispensáveis para compreender a realidade, Alessandro Arienzo se debruça sobre a expressão “razão de Estado” para denotar seus diferentes sentidos rumo à nossa compreensão do papel que o termo exerce nos discursos entre o final do século XVI e o início do século XVII.

A historiadora e doutora em filosofia pela USP, Ana Letícia Adami Batista, experiente pesquisadora em temas que aproximam a História e a Filosofia Moderna, especialmente no que tange ao Renascimento Italiano, tece “Breves considerações a uma possível ‘república dos

prazeres' de Valla". Buscando elementos que evidenciam um liame entre o pensamento renascentista e as ideias de origem estoica e epicurista, sugere que o modelo de vida cívica representa uma herança das ideias de Cícero. Nesse sentido, a autora apresenta os motivos pelos quais o *De Officiis* conquista tamanha capilaridade entre os autores da Renascença, a partir de critérios que se inserem nos domínios da Ética e no tratamento do indivíduo enquanto sujeito moral.

O professor Antônio Cesar Ferreira da Silva, vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), constrói uma reflexão sobre a(s) ideia(s) de "Contrato e realização em Rousseau", tomando o projeto social do filósofo genebrino em sua perspectiva de unidade. Esse amálgama – que une o homem, a política e a sociedade – é a chave para a compreensão da sociabilidade como estratégia para a sobrevivência, nos domínios que transcendem ao contexto natural. Nesse sentido, se faz imprescindível utilizar como baliza o conjunto de obras que contemplam o homem em sua constituição, tendo como principal referência o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Mostrar como as ideias contidas nas obras de caráter mais sistêmico se associam aos trabalhos de natureza mais antropológica é o desafio ao qual o autor nos conduz.

Antonio Valverde, professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC SP, renomado estudioso de Maquiavel e autor de variada gama de ensaios seminais, traz ao dossiê contribuição intitulada "Biografia e autobiografia: tangências e secâncias". O artigo é originalíssimo no tema e fino na costura da erudição nele apresentada. Com efeito, o ensaio "intenta problematizar e circunscrever os termos 'biografia' e 'autobiografia', histórica e filosoficamente". Assim, investigam-se os usos e apropriações dos termos ao longo da história das ideias. Inicia-se pela invenção do gênero biografia, passando pela invenção da autobiografia e chegando à questão da autobiografia na civilização do Renascimento - sempre em chave filosófico-histórica. Na seção seguinte, o ensaio se debruça sobre as biografias a várias mãos, tanto no cinema quanto na poética. Remetendo aos conceitos geométricos do título, finda o ensaio com uma pergunta seguida de breve resposta. Ao modo socrático, indaga: "Veza que a exterioridade e a interioridade das biografias e das autobiografias se tocam, sem se entrecruzarem, por tangências e secâncias [...] quanto de *verdade suportam?*"

Brian Gordon Lutalo Kibuuka, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), traz a este dossiê artigo intitulado "Por uma filosofia de enfrentamento das epidemias

(ou manifesto contra a síndrome de Pampineia)”. No texto, o professor ilumina a atualidade, o momento de pandemia, com a tradição, ao levar o leitor pelos caminhos do *Decamerão*, clássica construção literária de Boccaccio. Costura seus argumentos, ademais, com diversos outros clássicos. O artigo apresenta “o desenvolvimento do que se tornará a filosofia moral e depois o utilitarismo em uma perspectiva crítica”. O intuito, ao final, é o de mostrar os mecanismos de precarização da vida nas situações de pandemia, bem como os meios de superação desta perspectiva em favor dos direitos e da dignidade da pessoa humana.

Para demonstrar como *Le Vite (As Vidas)*, de Giorgio Vasari, sustenta o conceito de Era da Arte para o essencialismo histórico de Arthur Danto, Charliston Pablo do Nascimento, professor de Estética vinculado ao Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), escreve “Giorgio Vasari: (n) o alvorecer da era da arte”. O pesquisador, que é Membro da Associação Brasileira de Estética (ABRE), da *American Society for Aesthetics (ASA)* e da *International Association for Aesthetics (IAA)*, apresenta, com rigor e refinamento, elementos que sustentam a atualidade da obra de Vasari, uma vez que alguns dos principais aspectos da nossa compreensão atual do termo *arte* já se faziam presentes no seu grandioso trabalho, edificado no *Cinquecento*.

O professor Diogo Pires Aurélio, da Universidade Nova de Lisboa, intelectual renomado internacionalmente por seus livros, ensaios e premiadas traduções de Espinosa, mostra no artigo “O ‘livre-sujeito’: Bodin e a cidadania moderna” como Jean Bodin já traz formulações fundamentais para o desenvolvimento do conceito de *cidadão*, pensado por ele como o *franc-sujet*, ao mesmo tempo livre (ativo politicamente) e súdito (subordinado ao soberano), concebendo a partir dessa noção a política como estrutura plural, fundada no direito e capaz de prevenir o caos, e evitando a dualidade que se dará na modernidade, visto que “as teorias do Estado surgidas na modernidade (...) tendem quase sempre ou para um recalçamento da cidadania, concentrando a política no poder absoluto do Estado, ou para um recalçamento da soberania, esvaziando a questão política daquilo que é a sua essência”.

O professor Eduardo Chagas Oliveira, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), traz ao dossiê o instigante artigo “O modelo de racionalidade como uma herança do pensamento moderno: uma crítica à luz da nova retórica”. Em costura argumentativa cerrada, lança os holofotes em variadas tradições filosóficas, objetivando explicitar as teses que sugerem “uma proposta metodológica argumentativa, compatível com a ideia de razoabilidade, em substituição às provas demonstrativas, mais adequadas ao campo das ciências formais.” Para

isso, resgata filósofos da tradição antiga e moderna e situa suas teorias no projeto de construção de uma metodologia de investigação “compatível com o campo das Humanidades, que inclui as Ciências Humanas e as Sociais Aplicadas, através da proposta de uma lógica do razoável, de Luis Recaséns Siches, que serviu de inspiração para a sustentação da vertente belga da Teoria da Argumentação, designada como Nova Retórica.” Todo este esforço aponta para a lateralização de posturas epistêmicas extremistas e abraça a tese perelmaniana de uma “síntese doutrinária de caráter agregador”, presente nos modelos de racionalidade argumentativa.

Eduardo de Borba (doutorando em Filosofia/ UFSC), com o artigo “Da honra ao mérito: uma narrativa retrospectiva sobre a origem de um conceito moderno”, faz interessante investigação histórica sobre o surgimento da ideia de *mérito* na modernidade, ideia só concebível a partir da investigação concomitante da emergência do indivíduo como seu antecedente fundamental. O autor mostra como essa articulação exige uma construção ideológica que cinde indivíduo e sociedade e omite igualmente certos valores de classe que subjazem ao “mérito” estabelecido como se este fosse universal, com importantes implicações políticas e mesmo epistêmicas.

No artigo “Maquiavel e os pressupostos de seu projeto constitucional para Florença”, Christiane Cardoso Ferreira (doutoranda/USP) e Flávia Benevenuto (professora na UFAL) analisam o *Discurso sobre as formas de governo de Florença após a morte do jovem Lourenço de Médici*, de Maquiavel, procurando compreender quais as bases teóricas estabelecidas pelo florentino para efetivar seu projeto. As autoras mostram como Maquiavel fez uma formulação basicamente republicana, sem rechaçar a possibilidade de que ela fosse apropriada por um principado, sendo fundamental que essa constituição garanta a estabilidade de um bom governo fundado em leis, o que também passa necessariamente pela sua capacidade de integrar os diversos humores e facções da cidade, evitando a sua corrupção.

O professor Luiz Carlos Montans Braga (UEFS), no artigo “Justiça em Espinosa: notas para uma hipótese”, desenvolve análise rigorosa que procura mostrar que há um conceito bem delineado de *justiça* em Espinosa, refutando teses que defendem que ele não incorpora um conceito novo, diferente da tradição, ou que não mantém uma unidade desse conceito em sua obra. O desafio dessa interpretação é mostrar que, apesar de apresentar definições do conceito aparentadas às classicamente já estabelecidas, Espinosa opera essas definições em estreita articulação com o seu *corpus*, inserindo a noção de justiça como parte da construção ontológica que pensa o humano como intensidade de potência, modo finito de Deus. Sem essa

compreensão, defende o professor Luiz Carlos, não é possível compreender a justiça em Espinosa.

O professor Manfredo Araújo de Oliveira, da Universidade Federal do Ceará (UFCE), renomado filósofo brasileiro e autor de vários livros e ensaios seminiais, escreveu para este Dossiê o artigo “Hegel e a Modernidade: a crítica hegeliana à Filosofia Moderna da Subjetividade”. O professor propõe Hegel como o autor que pretende retirar a filosofia ocidental de certo impasse, teoricamente construído pela modernidade e cuja síntese é Kant. Afirma o autor que “Hegel é consciente de que ‘transcendental’ em Kant é um termo que quer mostrar a tarefa específica da filosofia: a demonstração das determinações subjetivas do pensamento que constituem a instância de configuração conceitual dos dados da experiência que assim se tornam objetos de nosso conhecimento.” Mas Hegel propõe precisamente uma saída ao impasse da cisão subjetividade *versus* mundo. O texto do professor Manfredo conta, com clareza e extrema erudição, a história desse “diálogo” teórico entre dois momentos decisivos da filosofia.

A professora Maria Cristina Theobaldo, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), traz ao Dossiê artigo intitulado “Virtude e prazer: a maneira epicurista de Montaigne”. Em tema pouco frequentado pelos estudiosos, a pesquisadora propõe desdobrar a questão central da “vigorosa participação do epicurismo nos *Ensaios* de Montaigne”, a qual “pode ser apreendida na esfera da moral, especialmente a vinculação entre virtude e prazer e a tarefa que a filosofia assume no ajuizamento moral.” Três aspectos do tema central se destacam, sendo o mais fundamental um deles, a saber, “a relação entre a filosofia e a moderação dos afetos e seu modo de operação.”

O professor Nilo Henrique Neves dos Reis, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), escreveu o artigo “Maquiavel na formação republicana dos Estados Unidos da América: uma polêmica”. No artigo, o instigante tema da recepção de Maquiavel nos Estados Unidos da América é investigado. Recepção cercada de melindres, muitas vezes perceptíveis apenas ao leitor atento aos detalhes, às filigranas. Com efeito, caminhar ao lado das polêmicas teses do florentino nem sempre era algo bem visto pelos pares. Como diz o professor, “tais leitores não estavam dispostos a sofrer sanções sociais em nome de uma controversa aproximação.”

Por seu turno, o professor Pietro Sebastianelli, da Università degli Studi di Napoli Federico II, autor de vários livros e ensaios, brinda este Dossiê com o artigo “Economia, politica e governamentalità: un’indagine sui trattati sull' *economica* nel tardo Rinascimento italiano”,

com o objetivo de “investigar alguns dos mais relevantes tratados italianos do início da modernidade sobre economia, na tentativa de destacar, com uma abordagem genealógica, o nascimento de uma nova arte de governo, que leva o nome de economia política.” Para isso compara dois autores, Giovanni Battista Assandri (*Della economica ovvero disciplina domestica*, 1616) e Bartolomeo Frigerio (*L'economista prudente*, 1629), com a tradição da *oikonomia* aristotélica. Propõe, nesse cotejo, uma resposta à intrigante questão: como o governo da casa (*oikonomia*) vem a se tornar economia política?

Rodrigo dos Santos, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), apresenta alguns dos textos de Nicolau Maquiavel dispostos no Livro I dos *Discorsi*, a partir dos quais ele desenvolve e amplia um gênero textual clássico e medieval relativo ao “espelho dos príncipes”. Desta forma, o autor destaca o modo de ser daqueles que governam, o qual é delineado pelo conceito de “Príncipes Virtuosos”. Para tratar da questão sugerida, o artigo se desenvolve a partir de três assuntos, que trazem à tona o cerne da discussão: a teoria da *virtù* e da boa fortuna; a necessidade do armamento, do conflito e da guerra na *civiltà*; e o *modus operandi* de investimento nesta formação de bons manuseadores de armas.

Sidnei Francisco do Nascimento, professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), apresenta sua reflexão a partir de um quadro histórico de conflitos intensos na Europa do século XVI, o qual teve como uma de suas figuras principais Carlos V (Imperador do Sacro Império Romano-Germânico). O autor destaca o conflito entre o Imperador e Roma, cujo Papa era Clemente VII. O conflito ocorreu logo após a conferência de Valladolid, e o cerne das discussões se deu em torno da perspectiva de civilidade que se deveria aplicar aos povos pagãos, e sob a influência do pacifismo de Erasmo de Rotterdam. O autor procura destacar, nesse contexto, como a perspectiva pacifista apresentada por Erasmo, que influenciou a chancelaria do imperador, serviu para justificar uma guerra.

Stefano Visentin, intelectual de projeção internacional e autor de vários livros e ensaios em torno do pensamento de Maquiavel, Espinosa e Marx, entre outros temas, professor da Università degli Studi di Urbino Carlo Bo, brinda este Dossiê com um debate em torno da relação entre política e religião a partir dos conflitos ocorridos entre estas duas dimensões na França do século XVI, que se desdobraram em uma nova relação entre as duas esferas. Esta nova relação se tornou hegemônica na modernidade e ajudou a delinear sua dinâmica. Tal perspectiva, segundo o autor, parece ter se esgotado. Sinal disto, para Stefano Visentin, é a ascensão de uma dinâmica teológico-fundamentalista que solapa o projeto da modernidade. O

autor busca, em seu texto, apresentar uma alternativa que já fora pensada pelos seguintes autores, a saber, Sebastien Castellion e Étienne La Boétie. Estes pensadores procuraram encontrar uma alternativa ao problema da relação entre política e religião que fugisse ao tratamento violento, repressivo e fundamentalista.

Boa leitura!

Antonio Cesar Ferreira da Silva

Eduardo Chagas de Oliveira

Luiz Carlos Montans Braga

Nilo Henrique Neves dos Reis

(Coordenadores do dossiê)

**A Manfredo Araújo de Oliveira que, em seus oitenta anos de vida, continua a nos presentear com seu formidável pensar filosófico e com sua profunda sensibilidade social.**